

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.218.284 - DF
(2017/0318463-5)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : PAULINO FERREIRA VAZ
ADVOGADOS : BRUNO CRISTIAN SANTOS DE ABREU (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - DF043143
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DO UNICEUB
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

PAULINO FERREIRA VAZ agrava de decisão que inadmitiu seu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios** (Apelação Criminal n. 2014.11.11002317-6).

O insurgente foi condenado a 1 ano, 3 meses e 24 dias de detenção mais multa, em regime aberto, bem como à suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor por 6 meses, por incursão nos arts. 303, parágrafo único, 302, § 1º, I e II, e 306, todos da Lei n. 9.503/1997, c/c o art. 65, III, "d", do Código Penal.

Irresignado, interpôs apelação perante o Tribunal distrital, que deu provimento parcial ao recurso e reduziu a pena acessória para 2 meses, mantidos os demais termos estabelecidos na sentença.

Nas razões do recurso especial, a defesa sustenta violação dos arts. 386, VII, do Código de Processo Penal, a fim de que o recorrente seja absolvido por falta de provas suficientes para a condenação, e 59 e 68 do Código Penal, bem como dos arts. 302, § 1º, I e III, e 303, parágrafo único, ambos do Código de Trânsito Brasileiro, com o objetivo de que seja decotada a causa de aumento de pena relativa à omissão de socorro (fl. 343).

O recurso especial foi inadmitido no juízo prévio de admissibilidade realizado pelo Tribunal local, **pela incidência da Súmula n. 7 do STJ**, o que ensejou a interposição deste agravo.

O agravante aduz (fl. 331):

A presente matéria, qual seja, (I) absolvição do crime de lesão corporal culposa pelo com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, bem como ao (II) pedido de

decote da causa de aumento de pena do art. 302, § 1º, III, da Lei n. 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), foram amplamente debatidas e analisadas em sede de Recurso de Apelação (fls. 223-226v), bem como foram consignadas no Acórdão impugnado (fls. 241-250). Portanto, o presente pressuposto encontra-se preenchido.

Também, assere (fl. 337, grifei):

Nesse ínterim, não se quer com o presente recurso o simples exame do fato em si, por meio da prova, o que seria tê-la por objeto do instrumento, mas uma nova valoração interdisciplinar acerca da qualificação jurídica/axiologia jurídica do referido fato já encartulado nos autos, a partir da prova já produzida nos autos, bem como consignadas no Acórdão recorrido.

[...]

Não se quer a mudança das premissas fáticas já insculpidas pelas instâncias anteriores, mas uma reavaliação das já consignadas nos autos, bem como na decisão impugnada, em razão de equívoco valorativo em sua aferição nas instâncias inferiores, o que legitimaria o manejo do presente instrumento recursal.

O Ministério Público Federal opinou, às fls. 390-400, pelo conhecimento e pelo não provimento do agravo.

Decido.

I. Pressupostos de conhecimento do AREsp

O agravo é tempestivo e infirmou os fundamentos da decisão agravada, razões pelas quais comporta conhecimento.

II. Admissibilidade do REsp

O recurso especial, por sua vez, também é tempestivo. A matéria foi prequestionada, mas não preenche os demais requisitos constitucionais, legais e regimentais para seu processamento, porquanto, além de o acórdão estar harmônico com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, a análise da insuficiência de provas da autoria demanda, de forma inevitável, o reexame do conjunto fático-probatório, o que é vedado em recurso especial (incidência da Súmula n. 7 do STJ).

III. Alegada violação do art. 386, VII, do CPP

O agravante sustenta a insuficiência das provas colhidas quanto à autoria do delito de lesão corporal culposa a ele imputado, por entender que, ao contrário do que asseverou o Juiz sentenciante, as declarações das vítimas não merecem mais credibilidade do que as dele, acusado.

A Corte distrital, entretanto, ao analisar o conjunto fático-probatório, concluiu que foram produzidas provas idôneas e suficientes para embasar a condenação do investigado (fls. 315-317, grifei):

[...] Em que pese o esforço argumentativo da Defesa, uma análise detida dos autos permite concluir que razão não lhe assiste.

[...]

A autoria também é indene de dúvida.

A **prova oral** coligida tanto na **fase inquisitorial quanto em Juízo**, também demonstra que **os resultados lesivos (lesões corporais) decorreram do fato de o veículo conduzido pelo apelado ter encostado na motocicleta em que as vítimas Fernando e Elitânia estavam**, fazendo com que eles caíssem. Senão vejamos:

O acusado confessou parcialmente os fatos.

Confirmou que o acidente realmente ocorreu, no entanto, falou que não teve culpa. Informou que foi a motocicleta conduzida pelas vítimas que bateu na porta do veículo. Relatou, ainda, que não prestou socorro porque ficou com receio de um pessoal que estavam em um veículo safira, visto que, após o acidente, eles começaram a segui-lo (mídia de fl. 173).

Entretanto, as demais provas dos autos, demonstram o contrário.

As vítimas, ao ser ouvida em juízo (*sic*), foram uníssonas ao narrarem como o acidente ocorreu.

Fernando falou que a via não estava muito movimentada. Destacou que o carro do réu estava parado para entrar na EPNB e que lhe chamou a atenção o fato de o veículo estar com os faróis altos ligados. Disse que, momentos depois, quando ele estava passando por cima do viaduto, começou a dar seta, pois ia entrar à direita. Entretanto, logo em seguida, viu um clarão e uma pancada, levando a motocicleta ao chão. Falou que o veículo atingiu a parte de trás da motocicleta. Disse que acompanhou toda a manobra do veículo do réu pelo retrovisor, mas nunca imaginou que ele iria jogar o carro para cima da motocicleta. Relatou que, após a batida, o réu passou por

eles, sendo que sua esposa viu que o veículo se tratava de um Monza (mídia de fl. 173).

No mesmo sentido, a vítima Elitânia confirmou que seu esposo estava na faixa da direita, pois ia entrar logo em seguida, e o carro do réu estava na faixa da esquerda. Viu quando o réu foi para a faixa do meio, igualou com a motocicleta e jogou o veículo sobre ela. Falou que o carro bateu perto da sua perna, mais para o lado de trás da moto.

Como se vê, as declarações das testemunhas evidenciam que, no dia dos fatos, o acusado bateu com o seu veículo na motocicleta das vítimas, ocasionando a queda que resultou nas lesões corporais descritas nos Laudos de exame de corpo de delito de fls. 65-69.

[...]

No caso, o réu, ao ser ouvido em juízo, confirmou que estava dirigindo o seu veículo, sem habilitação e após ingerir bebidas alcoólicas, conquanto tenha afirmado não ter dito culpa no acidente.

Ressalte-se, que o réu não soube explicar como o acidente ocorreu, apenas falou que teria sido a motocicleta que tinha batido na porta do seu veículo. Por outro lado, Fernando e Elitânia narraram com riqueza de detalhes todo o ocorrido.

Enfatizaram que o réu saiu da faixa da esquerda, indo para a faixa do meio, aproximando-se da motocicleta, que estava na faixa da direita.

Falaram que o condutor jogou o veículo para cima da motocicleta. Houve uma pequena divergência sobre o local em que o veículo teria encostado na moto, se do lado direito ou atrás, mas isso, em nenhum momento, mácula as declarações das vítimas, pois isso é insignificante para o deslinde da questão. O fato é que o réu, ao dirigir seu veículo de forma imprudente, colidiu com a motocicleta das vítimas.

Desse modo, a autoria apontada ao acusado do crime de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, em fase das duas vítimas, restou comprovada pelas provas produzidas durante a instrução criminal e também na fase inquisitorial, não merecendo prosperar o pleito de absolvição.

Conclui-se, portanto, que a Corte local considerou o depoimento das vítimas e os demais elementos probatórios como bastantes para comprovar a autoria do insurgente. Para rever tal entendimento, seria necessário o reexame do acervo fático-probatório, o que é vedado consoante

o disposto na Súmula n. 7 do STJ.

IV. Alegada violação dos arts. 59 e 68 do Código Penal, bem como dos arts. 302, § 1º, I e III, e 303, parágrafo único, ambos do Código de Trânsito Brasileiro

O agravante também alega a ocorrência de violação dos dispositivos legais acima mencionados para questionar a dosimetria da pena e requerer a exclusão da causa de aumento da reprimenda decorrente da suposta omissão de socorro a ele imputada.

A questão foi assim analisada pelo Tribunal (fls. 317-319, destaquei):

[...]

O conjunto fático probatório é inconteste no sentido de que o apelante, após atropelar a vítima, fugiu sem prestar socorro.

Na hipótese de acidente de trânsito a omissão de socorro à vítima só é admitida em circunstâncias extraordinárias, como na hipótese em que a prestação de socorro põe em risco a vida ou a integridade física do autor, o que não ocorreu no caso dos autos.

O réu admitiu o acidente, bem como que viu as vítimas caindo ao chão. Afirmou não ter prestado socorro, por receio, visto que teria um veículo o seguindo.

Essa versão, no entanto, não encontra respaldo em nenhum elemento de prova existente nos autos. Ressalte-se que o réu não estava sozinho no veículo. Portanto, se esse fato fosse mesmo verdadeiro, a defesa poderia ter arrolado como testemunhas os demais ocupantes do carro, as quais, sem dúvida, teriam como confirmar essa alegação.

Assim, não havendo nenhum elemento probatório que confirme a tese defensiva, inviável o pedido de exclusão da causa de aumento prevista no inciso III do parágrafo único do art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro, **uma vez demonstrado que o réu fugiu do local sem prestar socorro, mesmo sendo possível fazê-lo.**

[...]

O juiz sentenciante aplicou a pena-base no mínimo legal, ou seja, em 6 meses de detenção, visto a valoração favorável de todas as circunstâncias judiciais.

Na segunda fase, na ausência de atenuantes e agravantes, a pena ficou no patamar anterior.

Na terceira etapa, ausentes causas de diminuição e presentes as causas de aumento previstas nos incisos I e III do parágrafo único do art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro, o juiz sentenciante aumentou a pena em 2/5 pelas seguintes razões:

(...)Na terceira fase, por fim deve o juiz analisar as causas de aumento ou de diminuição de pena. **No caso em concreto**, o crime de lesão corporal culposa contém duas causas de aumento de pena, quais sejam, **a direção sem habilitação ou permissão, e a ausência de prestação de socorro por parte do acusado (incisos I e III)**. Verifico que a ocorrência das duas circunstâncias tornou o potencial do crime mais elevado, uma vez que o acusado, além de estar na direção de veículo automotor após ingerir bebida alcoólica, estava sem habilitação **e ainda deixou de prestar socorro às vítimas do acidente, justamente com o intuito de não ser preso pelos crimes cometidos**, o que torna as majorantes não apenas quantitativamente relevantes, mas também qualitativas, o que autoriza o aumento de penas para além do mínimo legal. (...)

[...]

Ocorre que, no caso em questão, **o juiz não fundamentou apenas com base no número de causas de aumento, mas sim no fato de que o réu fugiu do local do acidente com o intuito de acobertar o fato de não ter habilitação, bem como de estar dirigindo sob influência de álcool, o que, sem dúvida, torna o delito mais grave.**

Como bem destacado pelo representante do Ministério Público Federal (fls. 399-400, grifei):

Sucede que, para rever tal entendimento e afastar a referida causa de aumento de pena, seria necessário o revolvimento do acervo fático- probatório, a teor do seguinte precedente dessa Corte Superior de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. RECURSOS ESPECIAIS. HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR.

DESClassificado PARA OMISSÃO DE SOCORRO. RECURSO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE OBJETIVA A CONDENAÇÃO DO RECORRIDO COMO INCURSO NAS SANÇÕES DO ART. 302,

PARÁGRAFO ÚNICO, III, DA LEI N. 9.503/1997. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELA DEFESA QUE BUSCA COMPROVAR A JUSTA CAUSA QUE JUSTIFIQUE A OMISSÃO DO SOCORRO À VÍTIMA. RECURSOS QUE DEMANDAM A ANÁLISE DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA QUE EXTRAPOLA OS LIMITES DE COGNIÇÃO DA VIA ELEITA, UMA VEZ QUE RECLAMAM A APRECIACÃO DE MATÉRIA NÃO DISCUTIDA PELO E. TRIBUNAL A QUO.

I - Na hipótese dos autos, tanto o recurso especial interposto pelo *Parquet* que busca a condenação do recorrido como incurso nas sanções do art. 302, parágrafo único, III, da Lei n. 9.503/1997, por entender que restou cabalmente comprovada a culpa do recorrido, como o apelo nobre manejado pela defesa que almeja demonstrar que a omissão de socorro à vítima se deu em razão de justa causa, extrapolam os limites de apreciação do material fático-probatório na via eleita, uma vez que reclamam, um e outro, a análise de dados que não restaram discutidos no objurgado acórdão. Incide, portanto, o enunciado da súmula n. 7 desta Corte.

II - **Frise-se que o caso que se apresenta não se confunde com a situação na qual se teria a reavaliação da prova, procedimento este admitido na via eleita. Isso porque, para que se possa, em tese, examinar as pretensões ventiladas pelos recorrentes não bastaria a releitura dos fatos delineados no v. acórdão atacado, mas seria indispensável compulsar os autos a fim de verificar se as provas neles constantes sustentariam a conclusão almejada por cada recorrente.**

Recursos não-conhecidos.” (g.n.).

(REsp n. 1004990/AC, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5. T., julgado em 28/2/2008, DJe 14/4/2008).

V. Dispositivo

À vista do exposto, **conheço do agravo** para, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **não conhecer do recurso especial.**

Publique-se e intinem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ

